

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de maio/2016, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em maio/2016, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência maio/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 10 de junho de 2016), definir aplicação de valores recebidos do pagamento da 5º parcela do Parcelamento nº 00104-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e se recolhida diferença de alíquota do custo suplementar, conforme planilha que demonstra os cálculos, nos termos de orientação do Ministério da Previdência Social e relatar andamento do Cálculo Atuarial, relatar sobre credenciamento das instituições financeiras e relatar recondução da Diretoria Executiva.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo:** Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal:** Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Iniciando a reunião, relatou-se que a agência Eurostat informou que, após a primeira revisão, o PIB da zona do Euro cresceu 0,5% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao anterior, e não 0,6% como havia antes estimado. Na base anual, a evolução foi de 1,5%. A inflação anual foi de -0,1%, em maio, depois de ter atingido -0,2% em abril, devido a uma menor queda nos preços de energia. Já a taxa de desemprego em abril permaneceu em 10,2% da população ativa. Com a inflação tão baixa, o Banco Central Europeu - BCE decidiu, logo no início de junho, manter a taxa básica de juros em 0% e a taxa para depósitos bancários em -0,4%. EUA Também nos EUA foi divulgada a revisão do PIB do primeiro trimestre do ano, que cresceu 0,8% em base anualizada, e não o 0,5% apurado inicialmente, sendo que a expectativa dos analistas com a revisão era de uma alta de 0,9%. No decorrer de maio foi divulgado que, em abril, a inflação do consumidor subiu 0,4%, maior que o esperado, que a atividade industrial teve expansão pelo segundo mês seguido, que as vendas no varejo tiveram o maior ganho em um ano, e que o sentimento do

consumidor subiu para o maior nível dos últimos doze meses. Por outro lado, a criação de novas vagas de empregos não rurais em maio, de apenas 38 mil postos decepcionou, quando a expectativa era de 158 mil. A taxa de desemprego recuou de 5% para 4,7% devido ao menor número de pessoas a procura de trabalho.

ÁSIA Na China foi anunciado que a atividade industrial, em abril, encolheu pelo décimo quarto mês consecutivo, e que a inflação se manteve estável, com uma alta anual de 2,3% nesse mês. Já em relação a maio, o crescimento do setor de serviços caiu à menor taxa em três meses, com desaceleração nos novos negócios e nas contratações ecoando sinais de perda de fôlego em outros setores da economia.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL No mês de maio, podemos destacar a recuperação do dólar perante outras moedas, uma nova alta do preço do petróleo e novamente um resultado misto dos principais índices de ações. Com a perspectiva da alta dos juros nos EUA, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,76% ao ano no final de abril, chegaram a render 1,87% durante o mês, mas com os dados fracos do emprego, terminaram maio com um rendimento de 1,71% ao ano. Paralelamente, o dólar se valorizou 2,81% perante o euro e 3,97% perante o yen, por exemplo. Já o petróleo tipo Brent valorizou-se 3,39% no mês. Das principais bolsas, a americana (S&P 500) avançou 1,53%, a alemã (DAX) 2,23%, mas a chinesa (SSE Composite) caiu 0,73%, embora a do Japão tenha subido 3,41%.

NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme divulgou o IBGE, o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil teve queda de 0,3% no primeiro trimestre de 2016, em comparação com o trimestre anterior. Foi a quinta queda trimestral seguida do PIB do país, embora menor que as previsões iniciais. Pelo lado da oferta, o setor agropecuário caiu 0,3%, o industrial 2 de 4 1,2% e o de serviços, 0,2%. Pelo lado da demanda, os investimentos caíram 2,7%, o consumo das famílias 1,7%, enquanto o consumo do governo subiu 1,1%. Já a taxa de desemprego medida através da Pnad Contínua alcançou 11,2% no trimestre encerrado em abril. O número de pessoas desocupadas atingiu 11,4 milhões.

SETOR PÚBLICO Além do anúncio de uma série de medidas para equacionar a situação fiscal do país sob o novo governo, conforme foi abordado no Nossa Visão, de publicação semanal, foi divulgado que o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 10,2 bilhões em abril. No ano, o superávit acumulado foi de R\$ 4,4 bilhões e em doze meses um déficit de R\$ 139,3 bilhões (2,33% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 464,4 bilhões (7,76% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 603,7 bilhões (10,08% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal, mais INSS, mais governos regionais) alcançou R\$ 4,04 trilhões (67,5% do PIB), elevando-se em 0,3 pontos percentuais em relação ao mês anterior. Ainda em abril, já descontada a inflação, a arrecadação do governo federal com impostos caiu 7,10%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, e acumulou queda de 7,91% no quadrimestre. Foi também aprovada, pelo Congresso Nacional, a nova meta fiscal de R\$ 170,5 bilhões para este ano, que equivale a aproximadamente 2,80% do PIB.

INFLAÇÃO A volta da pressão sobre os preços administrados, como água e esgoto, remédios, cigarro e energia elétrica, fizeram com que o IPCA fechasse o mês de maio acelerando a 0,78%, novamente acima das previsões após se situar em 0,61% em abril. No grupo

Alimentação e bebidas os preços continuaram a aumentar, embora menos do que no mês anterior. No ano acumulou alta de 4,05%, e em doze meses de 9,32%. No entanto, o índice de difusão da inflação, divulgado pelo Valor Econômico foi de 63%, frente a 66,8% no mês anterior. Já o INPC, subiu 0,98% em maio e acumulou um avanço de 9,82% em doze meses. JUROS Em reunião realizada já no início de junho, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM decidiu, por unanimidade, manter novamente inalterada a taxa Selic em 14,25% ao ano. Foi a última reunião sob o comando de Alexandre Tombini, sendo que a próxima já será conduzida por Ilan Goldfajn, o novo presidente do BC. CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de maio cotada a R\$ 3,5951, com uma valorização de 4,18% no mês, acumulando uma desvalorização de 7,93% no ano e uma valorização de 13,10% em doze meses. Em abril, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 412 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 34,1 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,8 bilhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US\$ 79,9 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 376,7 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 337,8 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em maio um superávit de US\$ 6,4 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US\$ 19,7 bilhões. 3 de 4 RENDA FIXA Dos subíndices de mercado Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IRF-M 1 com 1,07% de alta, seguido do IMA-B 5, com avanço de 0,80% e do IDkA 2 (IPCA), com 0,63%. Nenhum deles superou o CDI, com alta de 1.11%. No ano o melhor desempenho acumulado até março foi do IDkA 20A (IPCA) com 30,89%, seguido do IMA-B 5+ com 17,79% e do IRF-M 1+ com alta de 16,48%. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa foi um mês de forte baixa, com a queda de 10,09% basicamente dirigida por fatores políticos, mas ainda acumulando em 2016 uma alta de 11,82%. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL O Banco Central Europeu elevou a sua projeção de inflação para 2016, de 0,1% para 0,2% e estimou que o avanço dos preços permanecerá abaixo da sua meta até 2018. Para a evolução do PIB neste ano, a estimativa foi alterada de uma alta de 1,4% para 1,6%. Já o Banco da Inglaterra advertiu que uma possível saída do Reino Unido, da União Europeia, a ser decidida em um referendun no dia 23 de junho próximo, poderá desacelerar o crescimento da economia britânica e elevar o desemprego de forma importante. Como sempre, o mercado internacional estará de olho na próxima reunião do FED, desta feita no dia 15 de junho, aguardando a decisão em relação à taxa de juros. Depois da decepcionante criação de novas vagas de emprego em maio, os economistas, bem como os investidores, passaram a acreditar na manutenção da taxa. MERCADO NACIONAL Como temos comentado no Nossa Visão, o jogo político segue evoluindo tendo como pano de fundo a questão do impeachment, a formação do governo provisório do presidente Temer e as medidas já adotadas, bem como os desdobramentos da operação Lava Jato. Se por um lado a qualidade da atual equipe econômica já tenha ascendido uma luz de otimismo para que o investimento empresarial passe a se recuperar, por outro, os fatos políticos seguirão condicionando

fortemente o comportamento do mercado financeiro e o da economia real. Definida a questão do impeachment, acreditamos no equacionamento fiscal que, aliado a uma nova condução do Banco Central, de caráter eminentemente técnico, possibilitará o desarme das piores expectativas quanto à inflação e, portanto, de uma política monetária menos restritiva. Assim, em relação ao total das aplicações, recomendamos uma exposição de 35% aos vértices mais longos, representado pelo IMA-B Total (cuja composição historicamente equivale a 35% do IMA-B 5 e 65% do IMA-B 5+), 30% para os vértices médios (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDkA 2A) e 10% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Importante destacar que o alongamento das posições deve ser feito de forma paulatina, visando aproveitar as movimentações do mercado, que ainda poderá apresentar alta volatilidade. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitado os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDIC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Para os 10% direcionados para o mercado de ações, sugerimos a mesma estratégia de entrada paulatina, já que o cenário esperado é o mesmo que prevalece no alongamento das posições em renda fixa. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente, para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de maio/2016** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de maio/2016, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Seguindo foi discutida a definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência maio/2016 (cujo vencimento se dará em 10 de junho de 2016), descontadas as despesas administrativas e também definição da aplicação do pagamento da 5ª parcela do Parcelamento nº 00104-2016 e decidir também a aplicação de pagamento da diferença de alíquota do custo suplementar se ocorrer até o final do mês de junho de 2016.** Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, foi dito que em função da crise do país o ideal é alocar os recursos novos em fundos atrelados ao IMA-B, de forma a aumentar a exposição a esse tipo de papel, aproveitando as oportunidades do mercado financeiro, mantendo os fundos de com caráter defensivo

em um cenário de juros de mercado crescentes. Tendo sido realizada pesquisa comparativa do fundo citado (IMA-B), foi verificado que dentre as instituições credenciadas neste Instituto de Previdência, **somente o Banco do Brasil encontra-se credenciado** até a presente data e as demais instituições ainda não apresentaram toda documentação solicitada, onde foi verificado que o Banco do Brasil, possui o referido fundo. Na análise feita, conforme mostram os relatórios constantes dos arquivos de investimentos o **FUNDO BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO é o fundo apto para receber os recursos com desempenho nos 12 meses 13,70% e 13,60%**. A ação visa aplicar a estratégia onde os recursos novos devem ser direcionados para os vértices mais longos, para ativos indexados ao IMA-B, de forma a aproveitar o momento financeiro. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência maio/2016, cujo vencimento se dará em 10/06/2016 e os valores recebidos do pagamento da 5º parcela do Parcelamento nº 00104-2016 e de pagamento de diferença de alíquota do custo suplementar se o mesmo ocorrer até o final do mês de junho de 2016, serão aplicados no FUNDO BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO**. Seguindo foi avaliada possível realocação de recursos, ou seja migrar recursos alocados em IMA GERAL para para IMA-B e de IMA-B 5+ para IRF-M1. Contudo houve grande manifestação dos membros em observar os bons ganhos destes fundos em 2016 e a decisão unânime foi de não realizar nenhuma movimentação e aguardar movimentação do mercado financeiro no próximo mês. Dando andamento, foi relatado que o **dados necessário para execução do Cálculo Atuarial foram todos enviados à empresa contratada ETAA, a qual está analisando a base de dados e documentos para a finalização**. Foi também relatado que a renovação do **credenciamento das Instituições Financeiras está em fase de execução e o Instituto de Previdência aguarda a documentação exigida para análise**. Também com fulcro no § 9º, do art. 23 da Lei nº 534, de 05 de dezembro de 2007, o **Conselho Deliberativo resolveu em ata do dia 01 de junho de 2016 reconduzir a Diretoria Executiva para mandato dos membros e suplentes para o quadriênio 2016/2020, cujo início dar-se-à em 12 de junho de 2016**, onde tendo sido encaminhada cópia da referida Ata ao Poder Executivo Municipal, o mesmo expediu o Decreto nº 2.374, de 10 de junho de 2016, que trata da recondução da Diretoria Executiva. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 12 de julho de 2016, às 13h30min**. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 10 de junho de 2016.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Célia Maria Bassi: _____